

Os parlamentares serão chamados para votar medidas sobre os salários, mensalidades escolares, ITR e extinção do Lloyd

Collor convoca hoje o Congresso

O presidente Fernando Collor assina hoje a mensagem que convoca extraordinariamente o Congresso Nacional a partir da próxima quarta-feira. Os parlamentares estão sendo chamados a Brasília para votar as Medidas Provisórias sobre salário — reeditada ontem por Collor, mensalidades escolares, fixação do cálculo e alíquotas para a cobrança do Imposto Territorial Rural, e extinção ou privatização do Lloyd Brasileiro. A mensagem convocando os congressistas será publicada amanhã no Diário Oficial da União.

A decisão de convocar o Congresso em pleno recesso e dias antes da posse dos novos parlamentares foi tomada pelo presidente ontem pela manhã. Segundo o porta-voz da Presidência, Cláudio Humberto Rosa e Silva, apesar dos riscos da falta de quórum, o "presidente cumpriu com o seu dever". O ministro da Justiça, Jarbas Passarinho, o maior defensor da convocação, também admitiu que poderá haver uma certa dificuldade para reunir o Congresso em final de mandado. "Mas o governo precisa tentar", disse ele, antes de reunir-se com Collor pela manhã, no Palácio do Planalto.

Para Cláudio Humberto, "o

País não pode ficar sem uma legislação salarial que fixe o critério da livre negociação". Já o ministro Passarinho observou a importância das outras medidas. "A questão é do Lloyd, que provocou tanta polêmica, tem que ser decidida e o início do ano letivo em fevereiro exige uma definição no problema das mensalidades", explicou. Também a MP 298, que fixa novas bases para a cobrança do ITR, precisa ser aprovada agora sob pena de só poder aplicá-la em 1992.

O mesmo tempo, o consultor-geral da República, Célio Silva, confirmou que o projeto de conversão de política salarial aprovado no último "esforço concentrado" do Congresso será integralmente vetado por Collor nas próximas horas. O prazo para a sanção ou veto do projeto termina no dia 10, mas Collor vai antecipar-se a esse prazo para que coincida com a reedição da nova medida. O consultor esclareceu que não havia como Collor deixar de vetar totalmente o projeto, porque a maioria dos seus artigos altera a substância do programa de ajuste econômico. A medida reeditada por Collor prevê um abono em cascata, a ser pago neste mês, aos trabalhadores do setor privado.



O ministro Passarinho e o presidente Collor, durante uma reunião, ontem, no Planalto: convicção da urgência, mas dúvidas na obtenção do quórum.